



1904972 00135.205430/2021-23



CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

SCS - B - Quadra 09 - Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A
Brasília, DF. CEP 70308-200. - <https://www.gov.br/participamaisbrasil/cndh>

NOTA PÚBLICA

Nota do Conselho Nacional dos Direitos Humanos sobre o Pronunciamento da Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas

A Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, em pronunciamento na abertura do 46º período de sessões do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH/ONU), em Genebra, na segunda-feira 22 de fevereiro de 2021, representando o Estado brasileiro, fez uma série de afirmações que não correspondem à realidade.

A Ministra afirmou que “O governo brasileiro apresentou planos de contingência estruturados nos eixos saúde, proteção social e proteção econômica, visando atender as necessidades de idosos, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, famílias em localidades urbanas vulneráveis, além dos povos e comunidades tradicionais”.

Ocorre que desde o início da pandemia o Presidente da República já demitiu dois ministros da Saúde, ambos médicos, embora os mesmo não tenham conseguido, pela obstrução por parte do próprio Chefe do Executivo, implementar as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). O atual titular da pasta, um general de divisão do Exército Brasileiro, ainda não apresentou plano de contingência estruturado para o combate à pandemia. E o que é pior: além da ausência do plano, não houve um comando unificado aos governos estaduais, ocorrendo que muitas regiões chegaram – ou estão chegando – ao colapso no sistema de saúde, seja pelo aumento do contágio e a falta de leitos, ou pela falta de equipamentos básicos, como tubos de oxigênio, a exemplo do caso de Manaus que chocou o País.

Indicador da gravidade da situação foi a decisão da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber, de que o governo federal reativasse leitos de UTI para tratamento de Covid-19 nos estados de São Paulo, do Maranhão e da Bahia, mencionando que em dezembro de 2020 existiam 12.003 leitos habilitados financiados pela pasta, e segundo dados do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), em janeiro de 2021 esse número havia caído para 7.017 leitos, e em fevereiro deste ano, para 3.187.

Em outro momento, a Ministra afirmou que “Estamos cuidando não só da Amazônia, mas sobretudo de seu povo que, hoje, é no número de mais de 30 milhões de pessoas”.

Em relação aos povos e comunidades tradicionais, a verdade é que somente em novembro de 2020, por determinação do Supremo Tribunal Federal em função de iniciativas e

mobilização da sociedade civil organizada, o governo federal apresentou um Plano de Enfrentamento da Covid-19 para Povos Indígenas, através do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Mas tal plano deixou de fora os indígenas que vivem nos centros urbanos, os quais, segundo dados do Censo do IBGE de 2010, são cerca de 46% da população indígena no Brasil. Segundo informações da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), até o dia 18/02, a Covid-19 já havia atingido 144 povos, 34.924 casos, causando 788 mortes.

O Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação Contra a Covid-19 deixou de fora a população quilombola, uma das mais atingidas pela pandemia no Brasil comparativamente a outros grupos, os quais se mobilizaram para conseguirem a inserção no referido plano.

A representante do Estado brasileiro naquela Sessão afirmou ainda que “Na defesa dos direitos das mulheres, o governo brasileiro executou em 2020 o maior orçamento para a área dos últimos cinco anos, com investimento 5 vezes maior que o ano de 2018”. A realidade, todavia, do ponto de vista do valor efetivamente gasto, é outra: apesar do site do Ministério postar um investimento de mais de R\$ 106 milhões em políticas para mulheres, o gasto efetivo foi muito menor: R\$ 2 milhões. Para a Casa da Mulher Brasileira, ao longo do ano, o ministério gastou somente R\$ 66 mil, apesar de terem sido empenhados cerca de R\$ 61 milhões.

Finalmente, a Ministra afirmou que “Já em 2021, garantimos a vacinação prioritária da população idosa, realizada em paralelo com a dos profissionais de saúde e dos povos tradicionais”. Ora, as ações e omissões do Governo Federal em relação à vacinação contra a Covid 19 tem sido objeto de intenso debate em nosso País, e o andamento da vacinação tem sido criticado por entidades da sociedade civil e pelo Conselho Nacional de Saúde.

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos lamenta que a fala da representante do Estado brasileiro na abertura do 46º período de sessões do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas tenha buscado traçar um painel que não corresponde à realidade de nosso País, e reafirma sua disposição de continuar, no exercício de suas prerrogativas legais, ao lado do povo brasileiro, da defesa e promoção dos Direitos Humanos e contra quaisquer medidas que venham em sentido oposto.

Brasília, 12 de março de 2021.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS